39% defendem lei atual do aborto; cai apoio a veto total

## Cai parcela dos que querem proibir aborto em qualquer situação

Datafolha mostra que 4 em cada 10 brasileiros acham que a legislação sobre o tema deve permanecer como está

são PAULO. A parcela da popu-lação brasileira que quer pro-bior a aborto em qualquer cir-cunstância caiu no período de quase quatro anos, apon-ta pesquisa Datafolha divul-gada nesta sexta (3). De de-zembro de 2018 até hoje, o indice daqueles que dizem que concordar com a total

que concordar com a total restrição da interrupção da gravidez no país recuou de 4½% para 32%.
Hoje, no Brasil, o aborto é permitido somente em casos de estupro, risco para a mãe e anencefalia do feto —este último caso foi garantido por uma decisão do STF (Suremo Tribunal Federal) em premo Tribunal Federal) em 2012. Nas demais situações, a prática é considerada crime

pratica e considerada crime.
De acordo com o levantamento, 4 em cada 10 brasileiros consideram que a lei deve permanecer como está — o
número representa um crescimento de cinco pontos percentuais desde 2018. A taxa é
tindo maior considerado de considerado estado en entre estado estado estado estado estado estado estado estado estado en estado estado estado en estado en estado estad ainda maior entre os mais es colarizados (45%) e mais ri cos (50%).

cos (5c%).
O instituto ouviu 2.556 pessoas em 181 municípios do país nos dias 25 e 26 de maio. A margem de erro para o total da amostra é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos.

Numericamente, a parce Numericamente, a parce-la que acredita que a legisla-ção deveria permitir a inter-rupção da gravidez em mais situações oscilou de 16% par-ra 18%. Já a parte que defen-de a legalização da interrup-ção da gravidez em qualquer situação passou de 6% para -8%. As dus variações estão 8%. As duas variações estão

5%. As duas variações estas de erro. Os mais jovens compõem a parcela que mais concorda com a flexibilização da legis-lação sobre aborto. A taxa dos que defendem a interrupção em mais situações está nove pontos percentuais acima da pontos percentuais acima da média (27%), e o índice dos que defendem em qualquer

que defendem em qualquer situação chega a 15%. Entre os 32% que acreditam que a interrupção da gravidez deveriaser proibida em qualquer situação estão predominantemente brasileiros do Nordeste (41%), que vivem no interior (37%), pardos (34%) e evangélicos (37%). Não há, porém, diferença significativa de opinião entre o público masculino e femino em relação ao tema. A parcela em que aparece a maior

disparidade numérica é entre

disparidade numérica é entre aqueles que concordam que a lei deve continuar como é hoje, declarado por 41% dos homens e por 37% das mulheres. Os índices, porém, estão dentro da margem de erro para esse quesito, que é de três pontos percentuais para mais ou para menos.

O levantamento aponta que apenas 9% das mulheres concordam que o aborto deveria ser liberado para qualquer situação. Para Elávia Biroli, professora do Instituto de Ciência Política da UnB (Universidade de Brasilia), é comum pensarmos que uma agenda que diz respeito ao direito das mulheres teria odireito das mulheres teria ao direito das mulheres teria uma maior adesão do público feminino.

"Porém, isso indica que ou-Forem, isso indica que outros aspectos pesam mais ou tanto quanto: os fatores edu-cacionais, socioeconómicos e religiosos", diz ela. Sobre a queda no percen-tual da população favorável

Apesar de todos os ataques e da desinformação

que circula, isso

[a legalização do

aborto em outros países] pode levar

as pessoas a ver o aborto como um tema que pode ser

debatido, tirado o tabu do que

não é discutido

à proibição total do aborto, Biroil acredita que, nos últimos anos, houve uma ampliação do debate que colabora para uma compreensão maior do que que está em jogo e, portanto, até uma aceitação maior desse direito". Biroil observa ainda que o contexto internacional trouxe ainda mais visibilidade ao tema, com a flexibilização das leis do aborto em países a América Latina. como Araba de la como Ar

das leis do aborto em países na América Latina, como Argentina, México e Colômbia. "Apesar de todos os ataques e da desinformação que circula, isso pode levar as pessoas a ver o aborto como um tema que pode ser debatido, tirado o tabu do que não é discutido" diz a professora.

discutido", diz a professora. No STF, uma ação do PSOL NOS1F, uma açao do PSOL pede que o aborto até a 12ª semana de gravidez deixe de ser considerado crime. O caso chegou à corte em 2017 e, até hoje, não teve julgamento ini-ciado nem tem data para que seja analisado pelo plenário. O debate a respeir da des-

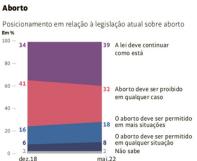
seja analisado pelo plenário.
O debate a respeito da des-criminalização do aborto é alvo de críticas por parte do atual presidente e pré-candi-dato a reeleição, Jair Bolsona-ro (PL). No início do ano, ao comentar sobre a descrimi-nalização do aborto na Co-lômbia, ele disse que lutaria "para proteger a vida".
Iá o ex-presidente e tam-

"para proteger a vida". Já o ex-presidente e tam-bém pré-candidato Lula (PT) sinalizou em abril que o te-ma deveria ser tratado co-mo questão de saúde públi-ca. Porém, após a repercus-são negativa da declaração, voltou atrás e se posicionou contrariamente. "Sou contra o aborto, tenho cinco filhos, oito netos e uma

cinco filhos, oito netos e uma cinco filhos, oito netos e uma bisneta. O que disse é que épre-ciso transformar essa questão do aborto em questão de saú-de pública, ou seja, que as pes-soas pobres que forem vítimas de um aborto tenham condi-ços de se tratar na rede públi-ca de saúde<sup>4</sup>, disse Lula.

ca de saúde", disse Lula.
Entre aqueles que apoiam
Bolsonaro, a pesquisa Datafolha aponta que 35% acreditam
que ainterrupção da gravidez
deveria ser totalmente proibida—o número é similar entre os eleitores de Lula (33%).
"É possível que isso aconteçaporque, dentro dos eleitores
do Lula, temos um percentual de eleitores de biaxa renda
uce estão nesse grupo contra.

que está o nesse grupo contra. Os alinhamentos não podem ser automáticos", afirma Biroli. Mas a divergência entre os possíveis eleitores de Bolso-



Em %

A lei deve continuar como está O aborto deve ser permitido em mais situações
 O aborto deve ser permitido em qualquer situação
 Aborto deve ser proibido em qualquer caso
 Outras respostas ■ Não sabe Mulheres

Posicionamento em relação à legislação sobre aborto





Maioria dos mais pobres defendem total proibição do aborto



naro e Lula aparece em ou

naro e Lula aparece em outros quesitos. Entre quem diz votar no atual presidente, uma parcela maior (46%) é favorável à manutenção da lei — o número cai para 33% entre os eleitores do petista. Além disso, 22% dos eleitores de Lula defendem que o aborto deves er permitido em mais situações —entre quem vota no atual presidente, a pareale de et 3%. Por fim, 10% de quem vota em Lula é a favor da liberação total do aborto —nos que votamem Bolsonaro, o número é de apenas 3%. Biroli analisa ainda que, apesar de o governo Bolsonaros er contra a ampliação do direito ao aborto, o cená-

do direito ao aborto, o cenário dos últimos anos mostra uma disposição maior em discutir o tema. Ela cita como exemplo as manifestações de 20,2 contra o Projeto de Lei 5.069/13, que, entre outras medidas, dificultava oborto legal e restringia avenda de medicamentos abortivos no país—a lei foi aprovada em comissão, mas a oposição conseguiu adiar a votação em plenário, até que o projeto foi arquivado.

"Pela primeira vez no Brasil, tivemos manifestações de rua simultâneas, em diferentes regiões do país, a favor o direito ao aborto" diz ela.

Aose somarem as parcelas rio dos últimos anos mostra

Ao se somarem as parcelas favoráveis à total liberação, à favoráveis à total liberação, à permissão em mais situações e à manutenção da lei como está, a pesquisadora lembra que a maior parte da popu-lação brasileira não se mos-tra favorável a uma perda de direitos em relação à atual situação. "Temos uma mai-oria razoável que não se ali-pha coma se propostes de re-

situação. "Temos uma maioria razoável que não se alinha com as propostas de retrocesso", afirma.
Debora Diniz, acadêmica que se dedica às áreas de gênero e direitos reprodutivos, alerta para o fato de que essetipo de pesquisa pode ser influenciado por uma ideia do entrevistado de que existe uma "resposta correta", determinada por "uma tradição punitivista, patriarcal, em que o aborro é um estigma e um pecado".
Uma alternativa, diz ela, seria questionar se a mulher já fez aborto, se o homem contoce alguém que já abortou e se essa mulher deveria ir para a prisão. "Você está perguntando a mesma coisa, mas comum deslocamento de uma expectativa moral de resposta correta".
Diniz reflete ainda que no Brasil, ada 9 smuleros de 40 em cada 9 smuleros de 40 em cada 9 smuleros de 40 em cada 5 mulheros de 40 em cada 5 mulh

Diniz reflete ainda que no Brasil, ao mesmo tempo que em cada 5 mulheres de 40 anos já tenha interrompido uma gravidez, existe uma interpelação sobre o estigma, pecado, norma e prisão. "O dado nos diz uma expectativa moral de uma resposta correta, mas não refletes ea a população compreende a questão, se sabe que se trata de um crime de cadeia ou não, nem como ela gosta-

ou não, nem como ela gostaria de regular 500 mil mulhe-res por ano na cadeia", apon-ta, fazendo referência à esti-mativa de mulheres que fa-zem abortos clandestinos.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Cotidiano Caderno: B Pagina: 6